

# EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: RECURSO EDUCACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL

PAULA FERNANDA P. MACÊDO BENARROSH<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo tem a proposição de apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação à Distância - EAD como modalidade educacional de natureza inclusiva, porque pode viabilizar a qualificação profissional especialmente daqueles que vivem em locais de dificuldades geográficas de acesso à instituições de ensino, a EAD vem cumprindo seu papel social de diminuir as deficiências educacionais brasileiras e imprimindo inclusão social. Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de explicitar discussões reflexivas sobre o papel social da EAD como forma de elucidar sua contribuição para diminuir as deficiências educacionais brasileiras, por meio de uma abordagem metodológica consubstanciada em referenciais bibliográficos. Sendo assim, é possível estabelecer conclusões que em um país onde as classes populares são eximidas de conhecimento por uma série de fatores, sejam físicos, sociais, econômicos ou geográficos, que as exclui do processo de escolarização, a EAD como modalidade educacional traz novas possibilidades para essa população que esteve ausente das salas de aula presenciais, demonstrando uma modalidade que oportuniza o acesso a formação em condições igualitárias.

**Palavras-chave:** EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. INCLUSÃO SOCIAL. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

## INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos têm provocado grandes mudanças e possibilidades no contexto educativo, principalmente para o desenvolvimento da Educação a Distância - EAD como uma modalidade de ensino, em que os sujeitos de todos os níveis educacionais podem aprender e ensinar de qualquer lugar e com flexibilidade de horário.

Diante disso, destaca-se o problema da presente pesquisa que é o de analisar se como modalidade educacional de natureza inclusiva, porque presumivelmente pode viabilizar a qualificação profissional especialmente daqueles que vivem em locais de dificuldades geográficas de acesso à instituições de ensino.

É relevante destacar que houve uma época em que seria impossível para sujeitos desses locais darem continuidade aos estudos com a mesma qualidade do ensino presencial, pois a EAD não contava ainda com o diferencial da flexibilidade oferecida ao estudante de hoje, por meio das tecnologias de informação e

---

<sup>1</sup>Professora do curso de Engenharia Civil e Coordenadora do NAPI da Faculdade de Rondônia – FARO, paula\_fernandabenarrosh@hotmail.com.

comunicação, ficando esses excluídos da educação e, conseqüentemente, das oportunidades de trabalho que exigiam formação.

Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de explicitar discussões reflexivas sobre o papel social da EAD como forma de elucidar sua contribuição para diminuir as deficiências educacionais brasileiras, por meio de uma abordagem metodológica consubstanciada em referenciais bibliográficos.

## **1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS POSSIBILIDADES**

A EAD no Brasil tem uma historicidade que para Chermann e Bonini (2000) se iniciou em 1922 e 1925, já para Dias e Leite (2010) iniciou em 1934, com Roquete Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o objetivo de disseminar uma programação de cunho cultural através da rádio difusão, ampliando o processo de educação daquela época, sendo o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido através do acesso prévio do aluno a folhetos e esquemas de aula, utilizando também para isto as correspondências para o contato com o alunado. Porém a EAD, não é algo criado ou reinventado para atender há um novo contexto que se apresenta no Brasil, como comenta Dias e Silva (2010, p. 9): “[...] não se trata de algo novo, inovador ou diferente.”

Outro instrumento que está posto para proclamar a necessidade premente da EAD é a inserção da internet, hoje indispensável para a consolidação deste processo inclusivo como afirma Lévy (apud DIAS; LEITE, 2010, p.34):

[...] Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas.

Para que este universo de possibilidades possa realmente acontecer é necessário que haja legitimidade dentro da proposta, o que ocorreu não ocorreu no Brasil antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº9394/96 (LDB), que legitimou a Educação à Distância, levando a esta a ter um *status* de modalidade integrado ao ensino, onde enseja que o governa deva incentivar os programas voltados a esta modalidade, pois como comenta Dias e Leite (2010, p. 17): “[...]”, a educação independe da modalidade, não é um produto, mas sim um processo [...]”, sendo assim a promulgação da LDB, especificamente em seu artigo 80º, trata justamente da abertura da educação à distância a todos os níveis e modalidades de

ensino e de educação continuada, elevando assim o conhecimento de todos os públicos que dela necessite ou que busque em seus vários espaços devidamente credenciados.

Desta forma vislumbra-se que a EAD veio para acrescentar, abrir novos horizontes, como uma modalidade alternativa de ensino e não um modelo substituto ao presencial e muito menos excludente ao professor.

Neste contexto trata-se de cidadãos que são excluídos do processo de escolarização por uma diversidade de motivos: sociais, econômicos, físicos ou geográficos. Uma realidade muito comum no arsenal brasileiro, onde a classe popular é excluída do sistema de ensino, alguns porque residem em localidades de difícil acesso dos centros urbanos, outros porque apresentam deficiências físicas e outros porque não conseguem conciliar trabalho e escola.

Segundo Rosini (2007), as plataformas de ensino à distância são softwares desenvolvidos para apoiar o ensino e aprendizagem e nesse caso, servirão para incluir a população que apresentam os fatores que os impedem de ingressar no cenário educacional e, portanto também romper as barreiras do espaço geográfico entre as comunidades ribeirinhas que estão excluídas dessa modalidade de ensino. Para Lévy (apud ROSINI, 2007), as chamadas tecnologias intelectuais, sobretudo as memórias dinâmicas, podem ser compartilhada por várias pessoas ao mesmo tempo, ou não, aumentando a potências de inteligência coletiva dos grupos humanos, principalmente desses grupos que se encontram a margem do processo educativo.

Assim, à luz desse argumento, é constatado na fala de Alessandro Marco Rosini (2007, p. 65), quando enfatiza: “A educação a distância pode facilitar a implementação de novas tecnologias do conhecimento nas organizações, pois facilita o processo de comunicação e aprendizagem (conhecimento) [...]”.

É importante salientar que existem a priori, duas reformas necessárias nos sistemas de ensino da EAD, é fundamental a aclimatação dos dispositivos no cotidiano como, por exemplo, as hipermídias, as redes interativas de comunicação e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura, nas quais se incentiva o novo estilo pedagógico. São ferramentas exploradas pelas EADs como técnicas de ensino a distância.

A figura do professor é centrada no incentivo e na investigação da inteligência coletiva onde vencer paradigmas principalmente quanto à produção do saber e a sua transmissão é papel relevante a EAD.

A EAD é apresentada como resposta alternativa ao processo ensino e aprendizagem para comunidades em que o acesso ao ensino é negado. Há uma relevância para o ser humano a existência de uma dialogicidade, principalmente no aspecto educativo. Daí é oportuno explicitar o que Freire (2001, p. 96) fala: “O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo”. E “a Educação não é instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual está e culturas, não se importando com as especificidades explicitadas em cada radicado.” (2001, p. 39).

Um exemplo ilustrativo seria a comunidade ribeirinha, em que se depara com um aparato de diferenças, culturais, pertinentes a localidade e as oportunidades que tiveram só serão socializadas com outros na medida em que forem dadas as oportunidades para essa interatividade entre os homens dos lugares mais longínquos e diferentes.

As novas tecnologias nos permite trabalhar a diversidade cultural, através do conhecimento científico estimulando ao conhecimento de idéias, opiniões e atitudes diferentes, promovendo a capacidade de aprender a aprender, de aprender a pensar tornando o aluno consciente do que tenha aprendido, e encontre seu papel fundamental como agente transformador da sociedade em que está inserido.

É importante que autoridades competentes, por meio de políticas públicas educacionais sérias, promovam e disponibilizem esses recursos tecnológicos para regiões menos favorecidas, de forma a reconhecer seus direitos sem contrapor aos princípios constitucionais de igualdade e equidade agregando valores aos indivíduos por meio do conhecimento.

Os contextos sociais dos países latino-americanos encontram-se permeados de uma crescente população que tem sido excluída intensamente, e é mantida fora do sistema social, não por opção, mas por uma série de indicativos nos campos: político, físico, social, econômico ou geográfico. Freire (2001, p. 86) diz: “Se a marginalidade não é opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social e é mantido fora dele, quer dizer, é um objeto de violência.”

Sendo essa problemática da exclusão um fenômeno muito presente e marcante na atual realidade das sociedades nos países da América Latina, Freire (2001, p. 78), aprimora a discussão quando sinaliza que:

As sociedades latino-americanas caracterizam-se por uma estrutura hierárquica e rígida; pela falta de mercados internos, já que sua economia está controlada a partir do exterior; pela exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados, sem que possam impor seus pontos de vista; pois um sistema precário e seletivo de educação no qual as escolas são um instrumento para manter o *status quo*; por altas percentagens de analfabetismo [...]

Portanto, a exclusão social é um fator característico marcante da sociedade brasileira, marcada por um sistema econômico capitalista que determina privilégios para uma minoria e segregando a maioria, que são os indivíduos economicamente carentes. Esse cenário é um fato notório no campo educativo, pois muitos brasileiros são impedidos ou ficam impossibilitados de continuarem os seus estudos, por uma série de fatores provenientes de natureza física, social, econômica ou geográfica.

Na educação brasileira o crescimento da EAD é impactante no cenário atual, isso decorre em consequência do acentuado desenvolvimento dos avanços na tecnologia de informação e comunicação. A afirmação de Maia e Mattar (2007, p.XIII), ratifica, quando diz que “Talvez nenhuma novidade tenha produzido um impacto tão intenso na história da educação quanto o desenvolvimento da educação a distância, especialmente na educação on-line, nos últimos anos”.

Daí a EAD nesse contexto se torna uma modalidade de ensino inquestionável para a minimização dessa problemática caótica do cenário educacional brasileiro, porque se apresenta como uma ferramenta inclusiva, pois aumenta as chances de inserção do cidadão brasileiro no universo do saber epistemológico, não importando a sua origem, classe ou localidade. Assim enfatiza Moore e Kearsley:

Uma característica especial da educação a distância [...] é a capacidade de uma instituição ou organização proporcionar acesso à educação a alguns alunos que, de outra forma, não poderia obtê-la. [...] o acesso é até mais importante para determinados tipos de alunos: deficientes, idosos ou que moram em áreas rurais ou remotas. (2007, p. 178)

O direito a inclusão escolar não deve ser focalizada apenas por estar preconizada nas bases legais da Constituição Federal brasileira ou na LDB, mas sim porque acima de tudo “a vocação ontológica do homem é de ser sujeito e não

objeto” (FREIRE, 2001, p. 40). Sabe-se que as melhores intenções e ideias mais humanas não se concretizam apenas por decretos ou discursos, mas sim devem ser associadas a práticas.

Em síntese, experimenta-se uma realidade dicotômica no Brasil, onde na Era do Conhecimento, as classes populares são eximidas de conhecimento por uma série de fatores e conseqüentemente ficam as margens do processo de escolarização. A EAD defendida nesse trabalho como ferramenta inclusiva, com uma roupagem de modalidade educacional que traz novas possibilidades para essa população que esteve ausente das salas de aula presenciais, sendo assim fortalece uma oportunidade de acesso a qualificação profissional em condições igualitárias a todos os cidadãos, bem como pensar uma sociedade melhor para o povo brasileiro.

## **CONCLUSÃO**

O progresso da educação à distância difundida como um novo recurso educacional inclusivo só foi possível com o surgimento das novas mídias interativas, com isso proporcional um novo panorama no processo ensino e aprendizagem e ocasionou a oportunidade do acesso ao aprendizado aos milhares de brasileiros. Assim retrata Carmem Maia e João Mattar (2007, p. 83):

[...] a EaD traz novas [...] possibilidades e oportunidades de aprendizagem para os alunos, independentemente de sua localização geográfica ou dos horários em que possam estar disponíveis para freqüentar um curso. Os que antes não podiam freqüentar uma instituição de ensino, como os que residem longe dos grandes centros ou que não podem abandonar fisicamente seu local de trabalho, podem agora se educar a distância [...].

Diante disso, é possível tecer conclusões que em um país onde as classes populares são eximidas de conhecimento por uma série de fatores, sejam físicos, sociais, econômicos ou geográficos, que as exclui do processo de escolarização, a EAD traz novas possibilidades para essa população, sendo, assim, uma modalidade que oportuniza o acesso à formação em condições igualitárias, bem como, a mobilidade social e a qualificação profissional do povo brasileiro, já legitimada pelas bases legais do país.

## **REFERÊNCIAS**

CHERMANN, Maurício; BONINI, Luci Mendes. **Educação a Distância: Novas tecnologias em ambientes de aprendizagem pela Internet.** [s.l.]: EPN Editora e Projetos S/C Ltda, 2000.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Ribeiro (Orgs.). **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, de L. et al. **Aspectos Pedagógicos da Aprendizagem Significativa e TIC na Formação de Professores de Ciências.** Disponível em: <<http://www.infobrasil.inf.br/userfiles/27-05-S1-1-67875-spectos%20Pedagogicos.pdf>> Acesso em: 19 out. 2010, 19:04:30.

LOPES, Maria Cristina Lima Paniago. et al. Educação a Distância no Ensino Superior: uma possibilidade concreta de inclusão social. **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 10, n. 29, p. 191-204, jan./ abr. 2010.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada.** Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica.** 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. A Educação a Distância como ferramenta de inclusão. Disponível em: <<http://www.ricesu.com.br/ciqead2005/trabalhos/01.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2010.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.